

Custo de 170 trilhões no giro da dívida pública

A dívida pública mobiliária (papéis) está hoje em Cr\$ 180 trilhões e apenas Cr\$ 10 trilhões foram realmente aplicados na economia, com o financiamento à agricultura. Os Cr\$ 170 trilhões restantes serviram para cobrir os custos de giro da dívida. No ano passado, a situação era mais difícil ainda. Enquanto o orçamento fiscal arrecadou Cr\$ 34 trilhões, a dívida pública cresceu Cr\$ 89 trilhões e somente Cr\$ 1 trilhão foi repassado ao BNDES para subsidiar a indústria. O restante foi utilizado na rolagem da dívida.

Estes números foram apresentados, ontem, pelo economista Dércio Garcia Munhoz que, juntamente com o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Adroaldo Moura da Silva, depois da CPI da Câmara Federal que investiga o sistema financeiro. Os dois economistas fizeram um diagnóstico da situação da economia brasileira e quais os caminhos possíveis para uma solução. Divergiram em muitos pontos, mas concordaram em que o Brasil não precisa de dinheiro novo dos bancos internacionais e não deve pedir porque não tem cruzeiros para a conversão.

O professor Dércio Garcia Munhoz iniciou seu depoimento falando sobre o papel do sistema financeiro na economia do País. Segundo ele, os altos custos do dinheiro são consequência de um desvirtuamento na função dos bancos "que fugiram de suas atividades-meio para se tornar atividade-fim". Como resultado desta mudança radical, vieram as quebras e diminuição de instituições.

Dércio Garcia Munhoz explicou que não se pode discutir o papel do sistema financeiro se não for examinada a situação da dívida pública

que é também uma das grandes responsáveis pelas altas taxas. No seu entender, até mesmo as taxas que o governo está trabalhando — 16% — na colocação de seus papéis é absurda. "Como se pode trazer o sistema ao seu verdadeiro papel se o governo paga estas taxas", perguntou.

SOLUÇÃO

O presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Adroaldo Moura da Silva, que falou depois, concordou com o professor Dércio Munhoz na questão dos altos níveis da dívida, mas não na solução para acabar com ela. Dércio Garcia Munhoz disse que se o governo colocasse uma taxa de 80% da correção monetária sem juros, nos papéis de curtíssimo prazo, em sete anos a dívida acabaria, pois os custos financeiros ficariam cada vez menores. Se o governo aplicasse 70% da correção, a dívida seria paga em cinco anos. Esta proposta não foi aceita por Adroaldo Moura da Silva que explicou que operacionalmente será um desastre. "É muito difícil organizar um sistema se você ganha menos do que paga, ou seja, a poupança precisa sempre ser lembrada. Não há condições de ser menos que correção monetária mais 6% de juro ao ano."

Os dois economistas também divergiram, quanto à questão de cortes nos gastos. Enquanto Adroaldo Moura da Silva diz que a solução é uma ação conjugada de todos os itens — tributos, cortes, base e títulos — o professor Dércio Munhoz salientou que mais cortes significarão uma desorganização na economia, pois muitos setores estão bastante penalizados. O presidente da CVM disse também que o governo precisa ter maior competência de gerenciar aquilo que precisa ser gerenciado.